

CNA

ENCONTRO
COM OS
PRESIDENCIÁVEIS
2018

O FUTURO É AGRO

2018 - 2030



CONSELHO
DO AGRO

RESUMO
EXECUTIVO



A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) é a voz do Agro brasileiro. Criada há mais de 50 anos, a entidade fala em nome dos produtores de todo o país, tendo em sua base 1.949 sindicatos, presentes em 27 federações estaduais.

A CNA representa, organiza e fortalece os produtores, defende seus interesses e apoia a geração de novas tecnologias em parceria com o seu braço de formação profissional, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

O momento traz uma oportunidade histórica para que a CNA construa a base do sindicalismo moderno, capaz de contribuir com autonomia para o salto científico e tecnológico do setor do Agro.

Moderna e efetiva, a CNA será protagonista do projeto de levar o Brasil ao topo da produção mundial de alimentos. O Futuro é Agro.



O Conselho das Entidades do Setor Agropecuário (Conselho do Agro) reúne 15 entidades que representam os produtores rurais de diversas cadeias produtivas e segmentos da agropecuária. O grupo foi criado em 2016 para defender temas de interesse do setor e do país. É um órgão estratégico para propor e avaliar as políticas oficiais destinadas ao setor agrícola, sempre no sentido de modernizá-las e garantir segurança jurídica ao produtor.

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG)
Associação Brasileira de Criadores (ABC)
Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS)
Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ)
Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas (ABRAFRUTAS)
Associação Brasileira dos Produtores de Milho (ABRAMILHO)
Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA)
Associação Brasileira dos Produtores de Soja do Brasil (APROSOJA BRASIL)
Conselho Nacional do Café (CNC)
Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (FEPLANA)
Instituto Brasileiro de Horticultura (IBRAHORT)
Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
Sociedade Nacional da Agricultura (SNA)
Sociedade Rural Brasileira (SRB)

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Prioridades do setor.....	9
1. Macroeconomia e os desafios	13
2. Política agrícola: aperfeiçoamento e modernização.....	17
3. Agro no mercado externo.....	23
4. Sustentabilidade dos sistemas de produção.....	29
5. Segurança jurídica	33
6. Tecnologia e inovação no Agro.....	39
7. Logística: transporte e armazenagem.....	45
8. Defesa agropecuária e indústria do Agro.....	55
9. Educação e assistência técnica	61
10. Agroenergia.....	65
Entidades associadas.....	68

APRESENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO

O agronegócio tornou-se reconhecidamente o setor mais dinâmico e competitivo da economia brasileira, mantendo uma trajetória de crescimento em meio às profundas crises que têm abalado nosso país. Mesmo diante das incertezas que marcam hoje nosso ambiente político e institucional, as perspectivas continuam sendo de aumento da produção, da produtividade e do volume de vendas externas. No que depender do Agro, o Brasil pode perfeitamente superar as atuais dificuldades e reencontrar o caminho do desenvolvimento sustentável.

Em todas as últimas eleições presidenciais, as diversas entidades do Agro manifestaram-se separadamente, de forma construtiva e sem partidarismo, oferecendo aos candidatos um retrato de nossas realidades, um inventário cuidadoso dos fatores que limitam nosso desenvolvimento e um roteiro para construirmos as soluções necessárias. Desta vez, as entidades resolveram juntar-se numa mesma manifestação, unindo sua voz em torno de uma agenda que expressa não o interesse próprio do setor, mas o interesse geral da economia e da sociedade brasileira.

Estamos conscientes de que muitas das questões aqui levantadas demandam um tempo para sua solução, que ultrapassa os limites dos mandatos presidenciais. Precisamos, mais do que nunca, nos libertar da tentação do curto prazo e alçar o nosso pensamento para os horizontes do longo prazo. Por isso não formulamos uma agenda para os próximos quatro anos e, sim, para os próximos doze anos, mirando o ano de 2030.

O Agro estrutura-se em longas cadeias produtivas, cujos elos vão da agricultura à indústria e aos serviços. Todos esses elos compartilham problemas e destinos comuns. Por isso nossa abordagem neste documento procura tratar o setor em seu conjunto, cientes de que fatores que limitam qualquer etapa da produção contaminam toda a cadeia. Aqui agricultura, indústria e comércio não se distinguem. Nem se distinguem campo e cidade.

A invenção do moderno Agro brasileiro foi o resultado bem-sucedido do encontro da capacidade empreendedora de uma nova geração de produtores rurais, com a excelência das universidades rurais e com políticas públicas bem desenhadas e efetivamente executadas, a partir da década de 1970. Poucas vezes em nossa história econômica a cooperação entre o Estado e o setor privado foi tão produtiva. Se deu certo uma vez, pode dar certo muitas vezes mais.

As possibilidades que se abrem para o Agro brasileiro nos próximos anos são ilimitadas. O mundo precisa de alimentos, de fibras naturais e de energia limpa, em volumes cada vez maiores. O Brasil detém a maior reserva de terras apropriadas para o cultivo em todo o planeta. Por mais que avancem as práticas protecionistas, está próximo o momento em que a realidade dos fatos falará mais alto e o mundo demandará de nós um aumento substancial da nossa oferta de produtos. Se os roteiros aqui enunciados, em termos de investimentos, de políticas públicas e do melhor ordenamento do ambiente institucional para os negócios forem adotados pelo governo, viveremos não apenas a continuidade do nosso crescimento, mas uma verdadeira explosão produtiva.

Com esse espírito, e com muita esperança, apresentamos aos candidatos à Presidência da República este documento unificado, que reflete as nossas duras experiências e o melhor de nosso conhecimento, pensando em primeiro lugar no nosso país. Não é um rosário de queixas, mas um mapa para o futuro!



CONSELHO
DO AGRO

CNA

10 PRIORIDADES DO SETOR





10 PRIORIDADES DO SETOR

- 1.** Prosseguir com as reformas necessárias, em especial a tributária e a previdenciária. A modernização do sistema tributário dará maior competitividade ao setor agropecuário.
- 2.** Priorizar o seguro rural e demais instrumentos de gestão de riscos, como forma de garantir renda ao produtor e atrair novas fontes de financiamento para o setor.
- 3.** Firmar acordos comerciais para promover a competitividade da agropecuária brasileira com prioridade nos principais mercados importadores de alimentos, como Coreia do Sul, México, União Europeia, Japão, bem como estabelecer parcerias estratégicas que favoreçam o fluxo comercial com China, Estados Unidos e Aliança do Pacífico.
- 4.** Apoiar políticas públicas voltadas para o crescimento sustentável do setor, em especial aquelas que regulam o uso dos recursos naturais baseado em agricultura inteligente, competitiva e provedora de serviços ambientais.
- 5.** Garantir segurança jurídica no campo por meio da melhoria do arcabouço legal das questões fundiárias, das normas trabalhistas que possuem subjetividade e das iniciativas que reduzam a criminalidade no campo.
- 6.** Fomentar o desenvolvimento tecnológico no âmbito da comunicação, geociência e biotecnologia, ampliando as oportunidades de acesso às tecnologias para o homem do campo.
- 7.** Criar ambiente regulatório mais transparente com objetivo de impedir práticas monopolistas e promover a livre iniciativa, evitando qualquer tipo de tabelamento, como forma de atrair investimentos privados destinados à integração dos modais de transportes e à melhoria da armazenagem.
- 8.** Fortalecer o Sistema de Defesa Agropecuária para que seja mais ágil e eficiente, por meio de métricas objetivas, estabelecidas conjuntamente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e setor privado.
- 9.** Ampliar o volume de recursos destinados às ações de assistência técnica, de forma harmônica entre os diferentes perfis de produtores, com intuito de melhorar a difusão de tecnologias e a gestão das propriedades rurais.
- 10.** Desenvolver políticas públicas focadas na ampliação da produção de biocombustíveis, como o RenovaBio, com o objetivo de reduzir as emissões dos gases do efeito estufa.

1 **MACROECONOMIA** **E OS DESAFIOS**



1. MACROECONOMIA E OS DESAFIOS

A história brasileira recente revela a importância da contribuição do agronegócio para a estabilidade dos indicadores macroeconômicos. Não fossem os recordes de produção da agropecuária contribuírem para a recuperação do PIB, redução da inflação, sucessivos superávits na balança comercial do setor e aumento no emprego, certamente os efeitos da crise econômica sobre a sociedade brasileira teriam sido ainda mais adversos.

O Agro ajudou o país a atravessar uma das piores crises econômicas de sua história, com relativa estabilidade macroeconômica: a inflação em 2017 foi a menor desde 1998, a taxa de câmbio apresentou valorização (mesmo em termos nominais). Entre 2014 e 2018, o risco país e a taxa Selic encontram-se em níveis historicamente baixos.

A aprovação, em novembro de 2016, da Lei do Teto dos Gastos Públicos, foi fundamental para garantir alguma previsibilidade aos agentes econômicos, nacionais e internacionais, quanto às necessidades de financiamento do setor público. O último superávit primário ocorreu em 2013. Nesse período de ausência de poupança pública e baixo crescimento do PIB brasileiro, a participação da dívida pública no PIB saltou de 51%, no início de 2014, para 77%, no final do 1º semestre de 2018.

O cenário macroeconômico dependerá em boa parte do resultado da eleição presidencial de 2018. A continuidade das reformas econômicas permite vislumbrar o crescimento do PIB, a manutenção de juros baixos e inflação contida, e a melhora da situação fiscal do país.

Para o Agro, um ambiente econômico favorável é crucial para aprimoramento do ambiente de negócios e da política agrícola brasileira.

PROPOSTAS:

- Observar a lei que limita, para a próxima década, os gastos do Governo Federal à variação da inflação do ano anterior. A redução dos gastos e o equilíbrio fiscal permitirão reduzir o montante e o custo do serviço da dívida pública.
- Dar continuidade às reformas econômicas para viabilizar um novo ciclo de recuperação com crescimento do PIB, juros baixos, inflação contida e progressiva melhora da situação fiscal.
- Promover a Reforma da Previdência Social para atenuar o impacto do seu déficit nas contas públicas.
- Modernizar o sistema tributário, com simplificação, unificação e redução do número de tributos. Promover a isonomia fiscal, unificar a alíquota interestadual do ICMS e realizar sua cobrança no destino. Eliminar a incidência de tributos sobre outros tributos, sejam diretos ou indiretos, com a cobrança no final da cadeia e de forma monofásica.
- Eliminar todos os tributos incidentes sobre as exportações e sobre os investimentos no Agro, além de estabelecer um princípio geral de devolução e mecanismos para eliminar ou mitigar o acúmulo de créditos de tributos indiretos.
- Assumir o compromisso com a vigência das regras de livre funcionamento dos mercados, inclusive do transporte (fretes).

2 **POLÍTICA AGRÍCOLA: APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO**





2. POLÍTICA AGRÍCOLA: APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO

As atividades agropecuárias estão expostas a vários riscos, o que coloca sob incerteza a renda do produtor rural, a sua capacidade de crescer e investir e até mesmo de se manter na atividade. Os instrumentos de operacionalização da política agrícola brasileira, pautados, principalmente, no estímulo à incorporação de tecnologias e modernização das atividades por meio do crédito rural e no apoio à comercialização de alguns produtos agropecuários, precisam ser aperfeiçoados com o objetivo de adequá-los à evolução técnica, gerencial e contratual pela qual o setor tem passado.

Além disso, assim como acontece com os principais concorrentes do Brasil no mercado de produtos agropecuários, a política agrícola deve se voltar ao fomento e ao fortalecimento dos programas de gestão de riscos das atividades, o que é fundamental para a pulverização das fontes de financiamento para o setor, e para evitar a descapitalização, a inadimplência e a necessidade de renegociações das operações de crédito rural.

Para aperfeiçoar a política agrícola no Brasil, é necessário ampliar a coordenação estratégica e operacional entre as diversas instituições responsáveis pela execução dos programas e instrumentos disponibilizados pelo Governo Federal à agropecuária. Além disso, é necessário construir diretrizes e planos de médio e longo prazo, criar mecanismos de avaliação e monitoramento dos custos e benefícios dos instrumentos utilizados e avaliar o efetivo alcance dos objetivos e do público-alvo dos programas de política agrícola.

PROPOSTAS:

2.1. Fortalecer a gestão de riscos das atividades agropecuárias:

- Dar previsibilidade, estabilidade e transparência às regras do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).
- Ampliar os recursos direcionados ao PSR.
- Transferir o orçamento do PSR para as Operações Oficiais de Crédito (OOC), com o objetivo de evitar os contingenciamentos que, com frequência, alcançam o orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).
- Fomentar a utilização do seguro de renda (faturamento esperado), que cobre os riscos de perda de produção e de oscilações desfavoráveis dos preços dos produtos agropecuários.
- Ampliar e aprimorar os estudos do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), essencial para a operacionalização do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e para o Programa de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural (PSR).
- Regular o Fundo de Catástrofe (Lei Complementar 137/2010), fundamental para a estabilidade e redução de riscos sistêmicos do seguro rural.
- Fomentar a participação das empresas das cadeias agroindustriais, dos estados e municípios em programas de subvenção, complementares ao PSR.
- Criar uma central de registro das operações comerciais que envolvam o financiamento não bancário entre produtores rurais e seus fornecedores ou compradores de produtos agropecuários (barter, troca, prazo de safra, antecipação de recursos), com o objetivo de reduzir o risco de crédito ao longo das cadeias produtivas.

2.2. Desburocratizar e modernizar o financiamento da produção agropecuária:

- Manter o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) como pilar dos créditos de custeio, comercialização e investimento, garantindo volume de recursos e taxas de juros compatíveis com o retorno das atividades agropecuárias.
- Ampliar e diversificar as fontes de financiamento à agropecuária, inclusive com recursos externos, viabilizando a emissão de títulos do agronegócio em moeda estrangeira.



-
- Definir diretrizes de médio e longo prazo para programas de incentivo às estruturas de armazenagem, irrigação, incorporação de tecnologias nas propriedades rurais, práticas sustentáveis de produção, geração e distribuição de energias alternativas.
 - Reduzir o número de programas do crédito rural, evitando o conflito de finalidades e condições entre as diversas linhas de crédito.
 - Fomentar a adoção do crédito rural rotativo e automático, com renovação simplificada, com o objetivo de reduzir os custos intrínsecos à formalização de operações, como os custos cartoriais.
 - Fortalecer o cooperativismo de crédito, por meio de medidas como o credenciamento de cooperativas de crédito singulares no quadro de agentes financeiros do BNDES e acesso aos recursos dos fundos constitucionais e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

2.3. Melhorar os programas de garantia de renda aos produtores:

- Fomentar a compra de contratos de opção de compra e venda de produtos agropecuários, em bolsa ou em mercado de balcão organizado, por meio de subvenção ao prêmio.
- Garantir recursos suficientes e tempestivos para a operacionalização dos instrumentos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).
- Dotar o Mapa de comando efetivo na execução orçamentária da PGPM, com a extinção ou revisão profunda do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (CIEP), criado pelo Decreto nº 7.920, de 15 de fevereiro de 2013.

3 AGRO NO MERCADO EXTERNO





3. AGRO NO MERCADO EXTERNO

O Agro transformou-se de forma significativa nas últimas décadas, impulsionado pelas exportações e pelo crescimento econômico de países emergentes que aumentaram a demanda por produtos do setor. Na esfera doméstica, além de ganhos de produtividade proporcionados pelo avanço tecnológico, houve expansão da escala de produção e transformação das cadeias produtivas, que se tornam cada vez mais complexas.

Entretanto, apesar da vocação exportadora do Agro brasileiro, o país deve enfrentar novos obstáculos. No cenário atual, o protecionismo e o nacionalismo ganham força e o mercado mundial está longe de estar plenamente aberto aos produtos brasileiros, assim como o Brasil ainda é pouco aberto às importações.

Nesse contexto, para enfrentar esses desafios, e com o objetivo de aumentar a integração e a competitividade do Agro brasileiro no mundo, foram definidas as ações prioritárias para o setor no âmbito do comércio internacional.

3.1. Estabelecer parcerias estratégicas e posicionar o Agro como um ativo do Brasil nas suas relações com o mundo.

3.1.1. China

O Brasil precisa de visão estratégica para diversificar exportações para a China. Trata-se de uma oportunidade de parceria ganha-ganha, de médio e longo prazo, que pode beneficiar tanto os produtos já exportados para o país asiático quanto novos produtos.

PROPOSTAS:

- Estabelecer Acordo de Facilitação de Comércio para eliminar entraves burocráticos entre os dois países.
- Formular Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).
- Assinar Acordos Regulatórios para melhorar a transparência e dar celeridade ao processo de análise de registro de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e harmonizar as regras de rotulagem entre as distintas províncias chinesas e o Brasil.

3.1.2. Estados Unidos

Brasil e Estados Unidos estão entre os principais produtores e exportadores agropecuários do mundo. Com esse parceiro existe a oportunidade de cooperação em diferentes áreas de pesquisa, na atuação coordenada em fóruns internacionais relevantes para o comércio agrícola – como na defesa de base científica como critério para o estabelecimento de exigências, normas e regulamentações no comércio internacional.

PROPOSTAS:

- Ampliar a cooperação com os Estados Unidos, incluindo maior coerência e convergência regulatória.
- Definir ações conjuntas sobre normas técnicas e avaliação de conformidade relacionadas ao comércio.
- Estabelecer projetos de cooperação nas áreas de assistência técnica e gerencial, e na promoção de inovação tecnológica voltada para a agropecuária, incluindo parcerias entre universidades brasileiras e norte-americanas.

3.1.3. Aliança do Pacífico

É necessário promover uma nova dinâmica para o Mercosul, com ênfase a uma maior integração do bloco com parceiros externos, principalmente com a Aliança do Pacífico (AP) formada por Chile, Peru, Colômbia e México. Existe um grande potencial de ganhos ao se desenvolver uma estratégia que combine integração global e regional, explorando as complementaridades entre os blocos, e que aumente a capacidade de alcançar mercados extra regionais.

PROPOSTAS:

- Promover maior integração dos mercados de capitais, infraestrutura e logística com a Aliança do Pacífico, e a redução dos altos custos de comércio por meio da harmonização dos processos de importação, exportação e trânsito aduaneiro.
- Atuar de forma conjunta para a redução de barreiras em relação ao comércio com o restante do mundo.
- Estabelecer parcerias e elaborar estudos de benchmark com os países do bloco, especificamente no que diz respeito aos seus projetos de imagem.

3.2. Reformar a estrutura regulatória

PROPOSTAS:

- Reestruturar e vincular a Câmara de Comércio Exterior (Camex) diretamente à Presidência da República. A Camex deve ter uma agenda proativa e coordenação permanente com o setor privado.
- Reestruturar e sistematizar, por meio do desenvolvimento de soluções eletrônicas, os processos da negociação de acordos sanitários e fitossanitários, emissão de certificados para produtos agropecuários e normas relacionadas, tornando-os mais modernos e transparentes.
- Garantir a harmonização dos processos realizados dentro do sistema integrado de importação, exportação e trânsito aduaneiro entre todos os intervenientes públicos e privados no comércio exterior, brasileiros e estrangeiros.

3.3. Ampliar o acesso aos mercados

A celebração de acordos comerciais deve ser priorizada como forma de promover a competitividade da agropecuária brasileira em mercados importadores. Atualmente, o Brasil possui uma rede de acordos comerciais restrita que, em sua maioria, não estabelecem reduções tarifárias para o setor agropecuário.

PROPOSTAS:

- Desenvolver uma estratégia coerente de inserção internacional com estudos de impacto que avaliem perdas e ganhos para os setores. O posicionamento brasileiro deve ser elaborado também com a contribuição do setor privado.

-
- Acelerar a integração do Brasil com o mercado mundial, via ampliação e celebração de novos acordos de livre comércio. Os acordos comerciais prioritários para o setor agropecuário são:
 - União Europeia – conclusão da negociação;
 - Coreia do Sul – estabelecimento de calendário acelerado de negociação;
 - Japão – lançamento da negociação;
 - México – ampliação do ACE 53 para livre comércio.
 - Aumentar o número de adidos agrícolas junto às embaixadas do Brasil no exterior e permitir que servidores de outros órgãos, além do Mapa, possam concorrer ao cargo.

3.4. Promover a adição de valor, diferenciação e imagem da agropecuária no exterior

O Brasil precisa desenvolver um programa de imagem e diferenciação de produtos e consolidar exportações de maior valor adicionado. Apesar de atualmente ser um dos maiores produtores em muitas cadeias do Agro, a imagem do Brasil é fraca, quando comparada a de países como Austrália, Estados Unidos e Canadá.

PROPOSTAS:

- Desenvolver projetos nacionais de fomento às exportações que sejam adaptados às realidades locais do agronegócio, com ações de promoção comercial e competitividade.
- Criar programa para a sensibilização, capacitação e desenvolvimento de novas cadeias agropecuárias para o comércio internacional, por meio de parcerias entre entes públicos e privados.
- Investir em programas de comercialização no exterior voltados para pequenos e médios produtores.
- Fomentar as exportações de produtos agropecuários de valor agregado, explorando atributos relacionados a diferenciações regionais e indicações geográficas.
- Adotar uma campanha unificada de governo para fortalecimento da imagem do país, com participação dos ministérios do Meio Ambiente; Relações Exteriores; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Indústria, Comércio e Serviços; Presidência da República, e outros.

4 SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO





4. SUSTENTABILIDADE DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2030 seremos 8,6 bilhões de pessoas no planeta gerando impactos ao meio ambiente e exigindo cada vez mais dos nossos sistemas produtivos. Gerar segurança alimentar para o Brasil e exportar o excedente, baseado numa Agricultura Climaticamente Inteligente (CSA, sigla em inglês), na integração da produção com a conservação ambiental sem paralelo no mundo, nos coloca numa posição de destaque.

A exigência de uma produção sustentável vem ao encontro dos esforços já empreendidos pelo setor que permitiram o aumento exponencial da produtividade e da produção. Passando de importador a exportador de alimentos, e ocupando pouco mais que 30% do território nacional.

O potencial produtivo, associado à sustentabilidade social e ambiental, permitiu ao Brasil desempenhar papel fundamental nas negociações e definições dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), concluído em 2015. Dentre os 17 objetivos, 14 são diretamente influenciados pelas atividades agropecuárias, com impacto indireto nos outros objetivos e com interação em todas as esferas da sociedade.

O setor agropecuário tem papel preponderante no alcance desses objetivos. Eles possuem importância crucial para a humanidade e para o planeta, focando ações nas pessoas, no planeta, na prosperidade e na paz. Cabe ressaltar que o Brasil aderiu à agenda, internalizando seus objetivos ao programa de governo.

Para que a agropecuária nacional desenvolva todo seu potencial de crescimento sustentável visando atingir os ODS é necessário o apoio a políticas voltadas ao setor e, em particular, àquelas que regulam o uso dos recursos naturais, conciliando o desenvolvimento social, econômico e ambiental, as quais sugerimos aos próximos governantes.

PROPOSTAS:

- Efetivar a Política Nacional de Licenciamento Ambiental, adequando a regra do licenciamento à atividade agropecuária.
- Definir a Política de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA.
- Incentivar o uso racional dos recursos hídricos, por meio de políticas de incentivo à reservação de água e de eficiência da irrigação, além da promoção do reúso da água na agricultura.
- Efetivar a implementação do Novo Código Florestal (Lei 12.651/12).
- Definir com responsabilidade as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), propostas para o Brasil no Acordo de Paris para redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs).
- Regulamentar o uso dos biomas.
- Efetivar o Ordenamento Territorial, promovendo o Zoneamento Ecológico-Econômico, o Zoneamento Agroecológico e o Zoneamento Agropecuário de Risco Climático.
- Garantir o uso sustentável do solo e sua conservação, por meio de políticas e programas de governo.
- Prevenir e combater a desertificação, por meio de políticas de desenvolvimento regionais, associadas à tecnologia, infraestrutura e incentivos fiscais e de crédito.
- Incentivar e fortalecer o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC).

5 **SEGURANÇA JURÍDICA**



5. SEGURANÇA JURÍDICA

A segurança jurídica é um dos pilares do Estado Democrático de Direito. É de importância fundamental para o fortalecimento do Agro brasileiro, consistindo em manter a previsibilidade da atuação do Estado, de modo a promover um sistema jurídico mais eficiente e seguro.

O princípio da segurança jurídica deve ser inserido de modo transversal em todas as cadeias produtivas do Agro, especialmente na redução de incertezas e conflitos das questões fundiárias, trabalhistas e das relacionadas com a criminalidade no campo.

A crise do sistema judiciário brasileiro, caracterizada por um número alarmante de ações judiciais interpostas ano a ano, e a insegurança jurídica causada pela diversidade das decisões judiciais emanadas em todo o país, sugere que algumas medidas devam ser tomadas.

Entre os agentes dos diferentes elos das cadeias do agronegócio deve haver a promoção de políticas públicas que disseminem o conhecimento dos meios extrajudiciais de solução de conflitos: arbitragem, mediação e justiça restaurativa.

Dessa forma, é patente a necessidade de modernização, simplificação e aperfeiçoamento do aparato normativo que promove mais segurança jurídica e tranquilidade para quem trabalha e vive no campo, possibilitando maiores investimentos no Agro brasileiro.

5.1. Questões fundiárias

5.1.1. Garantir a paz no campo preservando o direito de propriedade

PROPOSTAS:

- Aplicar a Lei Agrária, para coibir as invasões às propriedades privadas.
- Aprimorar os instrumentos de prevenção de conflitos e de obtenção de terras, especialmente por meio da aquisição de imóveis pelo governo de forma onerosa e consensual, com o estabelecimento de uma reforma agrária que ofereça horizontes de progresso ao assentado com prazos e condições do cumprimento das suas ordens.
- Criar um marco regulatório das reintegrações de posse.

5.1.2. Regularização de terras indígenas

PROPOSTAS:

- Conferir efetividade ao Parecer 001/2017/AGU-GMF05/2017, aprovado pelo presidente da República em 19/07/2017, para sua observância por toda a Administração Pública Federal com vistas ao total cumprimento dos conceitos e salvaguardas institucionais (condicionantes) nos processos demarcatórios de terras indígenas, conforme entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal.
- Dar transparência aos processos de demarcação, com a participação de outros órgãos governamentais, além da Funai, e adotar de procedimentos menos arbitrários de identificação e delimitação de terras indígenas.

5.1.3. Regularização de comunidades quilombolas

PROPOSTAS:

- Adequar todas as normas e atos administrativos que regulamentam a titulação de terras de remanescentes de quilombos, segundo a Constituição Federal de 1988.
- Criar mecanismos objetivos para evitar fraudes na titulação de terras remanescentes das comunidades dos quilombos.

-
- Garantir a efetividade da transparência, assim como do contraditório e da ampla defesa aos proprietários rurais, nos processos de identificação e titulação de terras de remanescentes de comunidades de quilombos.

5.1.4. Reduzir conflitos nos terrenos marginais e demarcação de áreas para comunidades tradicionais

PROPOSTA:

- Revogar o Decreto nº 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e alterar o Decreto-Lei nº 9.760/1946, pois tais normativos têm fomentado os conflitos em diversas regiões.

5.1.5. Criação responsável de Unidades de Conservação

PROPOSTA:

- Revisar a Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), de modo a regularizar as propriedades rurais que estão no interior de UCs.

5.2. Questões trabalhistas

O setor agropecuário é contra toda e qualquer prática de trabalho escravo. Para isso defende uma legislação clara e objetiva que garanta o cumprimento das leis.

5.2.1. Reforma trabalhista rural

PROPOSTA:

- Apoiar a aprovação da Reforma Trabalhista Rural (Projeto de Lei nº 6.442/2016).

5.2.2. Revisão das Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho

PROPOSTA:

- Revisar e atualizar as normas que regulamentam as condições de trabalho, como a NR 31 e a NR 15, observando a natureza do setor agropecuário.

5.3. Criminalidade no campo

PROPOSTAS:

- Incluir o tema da prevenção e controle da violência contra produtores rurais na pauta da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), com indicadores, metas e avaliação dos resultados de programas e ações pertinentes ao combate à criminalidade comum que atua no campo.
- Criar um identificador individual para máquinas e equipamentos agrícolas que permita acessar a descrição das características, mudanças de proprietários, furtos, roubos etc., sem ônus para os proprietários.
- Impor, por meio de dispositivos legislativos próprios (projetos de lei, decretos etc.) e de sanções administrativas, penas severas para aqueles que adquirirem veículos, equipamentos, insumos oriundos de delitos ocorridos em propriedades rurais.
- Estender os avanços tecnológicos de sinais de Internet e de telefonia celular para as regiões rurais brasileiras. A iniciativa permitirá trocas de informações entre órgãos de segurança e os produtores e maior eficiência no atendimento às demandas rurais por parte das instituições policiais.

6 **TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO AGRO**





6. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO AGRO

No ambiente globalizado, a concorrência com os países industrializados e, também, com os países emergentes é cada vez mais acirrada. A prosperidade econômica do Brasil no longo prazo dependerá da solidez da agricultura, da agroindústria e da capacidade acadêmica e inovadora.

Com o florescimento da globalização e a crescente competitividade por mercados, a busca pela melhor qualificação técnica vem promovendo uma verdadeira disputa, onde os Estados, principalmente os mais influentes, concentram de forma crescente seus esforços e investimentos nas pesquisas científicas destinadas à implementação de novas técnicas.

A tecnologia e a inovação são fatores fundamentais para concretizar o aumento da produção, do consumo e da exportação do Agro até 2030. O futuro do setor depende da incorporação de tecnologias de ponta nos processos produtivos, como as modernas Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), avanços em nanotecnologia, biotecnologia e tecnologias geoespaciais.

O Brasil tem como desafio a superação da grande distância que separa sua ciência e inovação tecnológica daquelas praticadas nos países industrializados mais avançados. Os próximos presidentes deverão priorizar ações estruturantes para o desenvolvimento tecnológico do Brasil sob pena de empurrar o país cada vez mais para a margem do progresso.

PROPOSTAS:

- Superar as barreiras que impedem que o Brasil tenha uma infraestrutura espacial abrangente e que permita a conectividade de alta qualidade para todos os que habitam dentro de nossas fronteiras. Essa infraestrutura espacial abrangente é fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico; para a educação a distância dos habitantes do meio rural; para a interação de produtores/agroindústria/mercados; para o conforto e segurança das famílias no campo; para a atração de jovens trabalhadores e empreendedores para a atividade rural e para o florescimento da atividade de turismo rural, bem como para segurança das fronteiras, do transporte de cargas e do próprio estabelecimento rural.
- Sistematizar o arcabouço normativo aplicável ao desenvolvimento científico e tecnológico; incentivar e fomentar a cultura de patentes nas instituições científicas brasileiras e aperfeiçoar as ferramentas de gestão de órgãos fundamentais para a inovação tecnológica, especialmente o que é responsável pelo registro de patentes, área reconhecida como excessivamente morosa no Brasil.
- Formular e implementar programas destinados ao desenvolvimento de tecnologias para a agregação de valores a setores para os quais o Brasil tem vocação como agricultura, biotecnologia e exploração mineral.
- Priorizar pesquisas na fronteira do conhecimento, com destaque para as biotecnologias, nanotecnologia, tecnologias modernas de comunicação e informação, geociências e ciências correlatas.
- Validar novas fórmulas de insumos para a agropecuária: fertilizantes, moléculas de defensivos, equipamentos para pequenos produtores, nanotecnologia, bioeconomia e nova agricultura (4.0 e 5.0: automação, robótica, inteligência artificial, conectividade, computação nas nuvens e TIC -BI DATA).
- Reconstruir as bases de interação do Mapa, Embrapa e MDIC, criando um espaço para construção e atuação com visão comercial integrada e estratégica com relação aos produtos agrícolas brasileiros. Fortalecer as relações com o setor produtivo para estabelecer as prioridades de pesquisas que possam ser definidas em conjunto.
- Aprimorar a qualificação dos recursos humanos nas instituições especializadas de pesquisa aplicada e nas universidades de ciências agrárias, atualizar laboratórios e seus equipamentos e disponibilizar recursos financeiros para o desenvolvimento da pesquisa.



-
- Desenvolver pesquisa agropecuária focada na geração de conhecimentos e tecnologias de impacto, diminuir a burocracia e as atividades-meio, resgatar a autonomia dos Centros de Pesquisa e flexibilizar as operações e convênios com instituições de CT&I no Brasil e no mundo.
 - Internacionalizar a pesquisa agropecuária brasileira, acompanhando e participando dos avanços científicos no mundo (ex.: Labex da Embrapa) e fortalecer a cooperação internacional.
 - Desenvolver pesquisas que possam embasar políticas públicas de desenvolvimento nas regiões Norte e Nordeste do país.
 - Utilizar-se do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016), de 08/02/2018, para avanços tecnológicos.
 - Transferir a gestão da irrigação para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e estabelecer regras claras de gestão de água e de programas oficiais para sustentabilidade da agricultura, principalmente no Semiárido do Nordeste.

7 LOGÍSTICA: TRANSPORTE E ARMAZENAGEM





7. LOGÍSTICA: TRANSPORTE E ARMAZENAGEM

Logística, infraestrutura de transporte e armazenagem constituem elementos importantes para que o setor agropecuário alcance melhores resultados no mercado interno e no comércio exterior. Na relação menor custo de transportes e crescimento econômico, é fundamental definir marcos regulatórios, com regras claras, que estabeleçam segurança jurídica e transparência, aderentes aos riscos de investimentos. Faz-se relevante, ainda, implementar modelos de parceria com a iniciativa privada, que viabilizem aplicação de recursos em infraestrutura e criem ambiente de competição, evitando práticas monopolísticas e promovendo a livre iniciativa.

7.1. Setor Rodoviário

A dependência do transporte rodoviário para a movimentação de produtos agropecuários é evidente. As más condições das rodovias e o tabelamento obrigatório de fretes rodoviários incorrem em altos custos de transportes e no aumento generalizado dos preços dos produtos.

PROPOSTAS:

- Implementar programa de recuperação e melhoria das principais rotas de escoamento da produção.
- Manter princípios básicos de livre mercado, no novo marco regulatório do Transporte Rodoviário de Cargas (TRC), priorizando a livre negociação e vedando o tabelamento de fretes rodoviários.
- Adotar modelos de concessão em rodovias que garantam menor valor de tarifa, como critério de julgamento e investimentos em expansão de capacidade em função da evolução do tráfego, entre outros.

7.2. Setor Ferroviário

A participação do modal ferroviário no transporte de produtos agropecuários é irrisória. Grãos (soja e milho) representaram apenas 4% do volume movimentado em trilhos (ANTT, 2018). O modelo de exploração ferroviária favorece o monopólio, a redução no volume de investimentos, o aumento de trechos ociosos/abandonados e a falta de interconexão da malha.

PROPOSTAS:

- Viabilizar investimentos para o aumento da capacidade e extensão das redes ferroviárias de acesso aos portos e terminais (novas linhas e reativação de trechos paralisados ou considerados inviáveis), que resultem em maior oferta de serviços.
- Garantir que novas concessões e contratos, em fase de repactuação ou renovação, sejam adequados aos novos marcos regulatórios, introduzindo mecanismos de competição modal e intermodal.
- Ampliar o compartilhamento da infraestrutura ferroviária, regulando e priorizando o direito de passagem e permitindo a utilização da malha por operadores ferroviários independentes (OFIs).
- Assegurar um sistema ferroviário estruturado e integrado, ajustando os marcos regulatórios vigentes, de forma a preservar os direitos dos usuários, especialmente a prestação do serviço adequado.

7.3. Setor Hidroviário

A frágil estrutura institucional e a indefinição da responsabilidade ou modelo de gestão dos rios brasileiros constituem o maior entrave para o desenvolvimento das hidrovias. Pelos rios transitam somente 4% das cargas produzidas no país (CNT, 2018). A ausência de manutenção dos rios – obras de aprofundamento – resulta em descontinuidade da prestação de serviço de navegação em períodos de estiagem.

PROPOSTAS:

- Definir modelos de gestão das hidrovias e promover o desenvolvimento institucional.
- Viabilizar investimentos contínuos nos rios e compatibilizar a agenda do setor de transportes com a do setor elétrico.

-
- Implementar serviços em dragagem, derrocamento, sinalização e atualização de cartas náuticas que garantam canais de navegação adequados.

7.4. Setor Portuário

A baixa produtividade dos portos brasileiros, quando comparada à prática internacional, é ocasionada pela ausência de infraestrutura adequada e moderna, por entraves burocráticos e pela necessidade de aprimoramento do marco regulatório. Soma-se a isso a morosidade em disponibilizar novas áreas para instalação de terminais portuários privados em portos públicos ou privados.

PROPOSTAS:

- Desburocratizar e racionalizar os procedimentos realizados pelas entidades públicas nos portos organizados.
- Revisar as tarifas portuárias, com modelos baseados nos custos de prestação dos serviços.
- Revisar marcos regulatórios do setor, de maneira que incorporem a separação dos papéis institucionais do setor, a reavaliação do papel das Companhias Docas e os incentivos a investimentos privados em Terminais de Uso Privado (TUPs).
- Revisar a legislação geral e de incentivo às Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs), reestruturando a navegação de cabotagem, a fim de torná-la competitiva e em condições isonômicas à navegação de longo curso.

7.5. Setor de Armazenagem

O déficit de armazenagem em grãos encontra-se próximo de 80 milhões de toneladas e resulta em prejuízos anuais de R\$ 2 bilhões (Conab, 2017). Esse cenário induz o produtor a comercializar e escoar a safra no período de preços do produto menores e de custos de fretes elevados. Propriedades rurais possuem somente 16% da capacidade de armazenagem, sobrecarregando o transporte e a armazenagem intermediária (estoque em portos).

PROPOSTAS:

- Ampliar a capacidade de armazenamento privado em todas as regiões agrícolas, com disponibilidade de linhas de créditos acessíveis.
- Reformar armazéns públicos (Conab).
- Estabelecer o Programa Nacional de Armazenagem.

7.6. Obras Prioritárias em Infraestrutura para o Setor Agropecuário

MODAL	INTERVENÇÕES	POTENCIAL DE CARGA (10 ANOS) OU IMPORTÂNCIA DA INFRAESTRUTURA
RODO	BR-020: elaboração do projeto, pavimentação e adequação do trecho de Santa Rita de Cássia (BA) a Campo Alegre de Lourdes (PI) (310 km)	1,5 a 3 milhões de toneladas/ano Abastecimento da região Nordeste com milho (avicultura, faixa litorânea)
RODO	BR-020: pavimentação e adequação do trecho entre Barreiras (BA) e Picos (PI), entroncamento com a BR-230 (741 km)	4 a 7 milhões de toneladas/ano Abastecimento da região Nordeste com milho (avicultura, faixa litorânea)
RODO	BR-080: pavimentação do trecho de Ribeirão Cascalheira (MT) a Luiz Alves em São Miguel do Araguaia (GO) (201 km)	3 a 5 milhões de toneladas/ano Ligação dos polos produtivos à Ferrovia Norte Sul (FNS) aos portos do Arco Norte
RODO	BR-101: licitação do trecho de Palhoça (SC) a Osório (RS)	Interligação litorânea do Rio Grande do Sul às demais regiões brasileiras
RODO	BR-155: adequação da capacidade da rodovia no trecho de Redenção (PA) a Marabá (PA) (350 km)	7 a 15 milhões de toneladas/ano Ligação dos polos produtivos aos outros modais e aos portos do Arco Norte.
RODO	BR-158: implantação e pavimentação do contorno de Terra Indígena <i>Maraiwatsede</i> (MT) (195 km) e adequação da capacidade da rodovia trecho divisa do MT/PA a Redenção (PA), com a construção de pontes	Obs.: restrita à conclusão do derrocamento do Pedral do Lourenço (PA)



MODAL	INTERVENÇÕES	POTENCIAL DE CARGA (10 ANOS) OU IMPORTÂNCIA DA INFRAESTRUTURA
RODO	BR-163: conclusão da pavimentação do trecho divisa do MT/PA a Miritituba (PA) e construção de pontes (80 km)	10 a 25 milhões de toneladas/ano Ligação dos polos produtivos aos outros modais e aos portos do Arco Norte. Obs: implantação da Ferrovia Ferrogrão
RODO	BR-163: conclusão da pavimentação do trecho divisa do MT/PA a Santarém (PA) e construção de pontes (84 km)	1 a 5 milhões de toneladas/ano Ligação dos polos produtivos aos outros modais e aos portos do Arco Norte, com auxílio da implantação da Ferrovia Ferrogrão
RODO	BR-230/412/232: adequação da capacidade da rodovia, no trecho de Picos (PI) a João Pessoa (PB), via BR-232, Pernambuco (PE) (852 km)	2 a 4 milhões de toneladas/ano Suprimento de grãos (criatórios no litoral), frutas, fertilizantes, combustíveis e alimentos
RODO	BR-242: pavimentação do trecho Santiago do Norte (MT) a Querência (MT) (288 km)	5 milhões de toneladas/ano Conexão das áreas de produção às BR-158 e BR-163
RODO	BR-242: adequação, manutenção, ampliação do pavimento e instalação de terceiras faixas no trecho de Luiz Eduardo Magalhães (BA) a Aratu/Cotegipe (BA)	5 a 10 milhões de toneladas/ano Escoamento de grãos para o Porto de Cotegipe (exportação) e fertilizantes, para suprir as demandas internas da Bahia
RODO	BR-282/470 ou BR-280/153: adequação da capacidade da rodovia no trecho São Miguel do Oeste(SC), fronteira da Argentina, ao Porto de Navegantes (SC)	5 a 7 milhões de toneladas/ano Abastecimento de insumos destinados ao criatórios e transporte e exportação de carnes
RODO	BR-285: adequação do trecho Araranguá (RS) a Vacaria (RS) (8 km)	Escoamento da produção de grãos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina pelo Porto de Imbituba (SC)
RODO	BR-381: pavimentação do trecho de Belo Horizonte (MG) a Governador Valadares (MG)	Escoamento dos produtos gerados no Vale do Aço (MG) para o mercado interno e a exportação.

MODAL	INTERVENÇÕES	POTENCIAL DE CARGA (10 ANOS) OU IMPORTÂNCIA DA INFRAESTRUTURA
RODO	BR-392/471: adequação da capacidade da rodovia do trecho de Santa Maria (RS) a Rio Grande (RS)	14 a 20 milhões de toneladas/ano Tradicional ligação das áreas de produção de grãos ao sistema portuário de Rio Grande (RS)
FERRO	Ferrogrão: licitação do trecho de Sinop (MT) a Miritituba (PA)	25 a 40 milhões de toneladas/ano Ligação do norte do Mato Grosso ao Porto de Miritituba e Itaituba (PA).
FERRO	Ferrovias Norte Sul (FNS): licitação do trecho de Porto Nacional (TO) a Estrela do Oeste (SP)	10 a 15 milhões de toneladas/ano de grãos
FERRO	Ferrovias de Integração Centro-Oeste (FICO): licitação do trecho de Campinorte (GO) a Lucas do Rio Verde (MT) e Sapezal (MT) a Porto Velho (RO)	20 a 27 milhões de toneladas/ano de grãos Ligação com a Ferrovias Norte Sul (FNS)
FERRO	Ferrovias de Integração Oeste-Leste (FIOL): licitação do trecho Ilhéus (BA) a Figueirópolis (TO) e trecho de Brumado (BA) a Porto de Aratu/Cotegipe (BA)	20 a 27 milhões de toneladas/ano de grãos ligação com a Ferrovias Norte Sul (FNS)
FERRO	Malha Paulista S/A e Malha Sul S/A: renovação da concessão e reativação dos trechos ociosos	Licitação considerando novos investimentos e a implantação do Direito de Passagem e Operador Ferroviário Independente (OFI)
HIDRO	Rio Madeira: dragagem e sinalização	20 milhões de toneladas/ano Obras de sinalização, derrocamento, balizamento e dragagem para tornar a hidrovias regularizada e com tráfego permanente
HIDRO	Rio Tapajós: dragagem, sinalização e balizamento do trecho de Miritituba (PA) a Santarém (PA)	Garantia da movimentação de cargas agropecuárias nos rios



MODAL	INTERVENÇÕES	POTENCIAL DE CARGA (10 ANOS) OU IMPORTÂNCIA DA INFRAESTRUTURA
HIDRO	Rio Tocantins: derrocamento do Pedral do Lourenço (TO)	20 a 50 milhões de toneladas/ano Carga para 2025
HIDRO	Tietê-Paraná: dragagem e derrocamento	Garantia da movimentação de cargas agropecuárias nos rios
PORTO	Santana (AP): dragagem da área de atracação do Píer 1 de granéis	Garantia da movimentação de cargas agropecuárias nos rios
PORTO	Belém (PA): dragagem para aprofundamento dos canais de navegação e da bacia de evolução/áreas de fundeio	Garantia da movimentação de cargas agropecuárias nos rios
PORTO	Outeiro (PA): licitação de terminais portuários	3,5 a 10,5 milhões de toneladas/ano
PORTO	Santarém (PA): licitação dos terminais de fertilizantes e granéis agrícolas e melhorias nos acessos	6,0 milhões de toneladas/ano
PORTO	Vila do Conde (PA): licitação do terminal de granéis agrícolas	5,1 milhões de toneladas/ano
PORTO	Itaquí (MA): arrendamento de terminal para movimentação de carga geral (celulose)	1,5 milhão de toneladas/ano
PORTO	Aratu (BA): licitação dos terminais de fertilizantes	1,5 milhão de toneladas/ano
PORTO	Santos (SP): dragagem para aprofundamento dos canais de navegação e da bacia de evolução/áreas de fundeio	Garantia da movimentação de cargas agropecuárias em embarcações de grande capacidade
PORTO	Paranaguá (PR): licitação dos terminais de grãos e celulose	12,7 milhões de toneladas/ano de grãos e 1,3 milhão de toneladas/ano de celulose
PORTO	Rio Grande (RS): dragagem para aprofundamento dos canais de navegação e da bacia de evolução/áreas de fundeio	Garantia da movimentação de cargas agropecuárias em embarcações de grande capacidade



8 DEFESA **AGROPECUÁRIA E** **INDÚSTRIA DO AGRO**





8. DEFESA AGROPECUÁRIA E INDÚSTRIA DO AGRO

O ambiente regulatório está em descompasso com a evolução do Agro, gerando grande morosidade nos processos tanto pela falta de pessoal e sobreposições normativas, quanto pela deficiência e atraso tecnológico dos sistemas. É fundamental ter um Sistema de Defesa Agropecuária ágil, transparente e eficiente, constituído a partir de um conjunto de premissas apoiadas por métricas objetivas estabelecidas conjuntamente pelo Mapa e pelo setor privado, além da busca contínua por aumentos de produtividade. Esse processo envolve uma integração mais eficaz entre os entes federativos, modernização e harmonização dos sistemas de informação, atualização normativa, autorregulação e autossustentabilidade, atreladas a métricas e metas.

PROPOSTAS:

- Promover a integração eficaz entre os entes federativos com a implementação da Lei 9.712/98, que instituiu o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).
- Reavaliar os procedimentos nos serviços oficiais, com métricas de avaliação dos resultados. As definições devem ser pautadas em ciência e realizadas em conjunto com o setor produtivo.
- Modernizar e harmonizar os sistemas de informação, criando uma plataforma que uniformizará os sistemas e procedimentos, a partir de autochecagem; padronização das informações (entre os entes da federação) e geração de relatório executivo.
- Redistribuir os processos entre as superintendências do Mapa, otimizando os recursos humanos disponíveis nos estados, a partir da uniformização dos sistemas de informação,
- Revisar e harmonizar os marcos legais em conjunto com os setores público e privado.

-
- Estabelecer a autorregulação: a cadeia produtiva deve responder pela inocuidade, integridade e regularidade de seu produto/ produção. O governo deve assegurar o atendimento das normas vigentes e não permitir produtos nocivos à saúde nem a concorrência desleal. O Mapa atuará como auditor.
 - Autossustentabilidade do Sistema de Defesa Agropecuária: a cobrança pelos serviços deve estar atrelada às metas estabelecidas junto com o setor privado. Os recursos serão utilizados exclusivamente para a manutenção e melhoria dos serviços prestados.
 - Estruturar órgão recursal como segunda instância administrativa contra penalidades lavradas pela Secretaria de Defesa Agropecuária do Mapa.

A agroindústria é grande usuária do ambiente regulatório, sendo imprescindível a revisão das regras para conferir previsibilidade e velocidade necessárias para atrair os investimentos. No setor de defensivos, gargalos regulatórios dificultam a aprovação de novas tecnologias e favorecem o crescimento do mercado de produtos ilegais. Em fertilizantes e calcário, dada a alta dependência das importações, cabem medidas para incentivar a produção nacional, de forma competitiva. Na nutrição animal é fundamental a agilidade no registro de patentes, reconhecimento de certificados de Boas Práticas de Fabricação de entidades privadas e investimento em pesquisa. Para máquinas e implementos agrícolas, propõe-se a revisão da estrutura tributária. No caso da indústria de alimentos, a atualização normativa é indispensável nos processos de inovação, modernização e competitividade.

PROPOSTAS:

- Criar um sistema único informatizado para submissão e avaliação dos processos de registro de defensivos.
- Definir legalmente as prioridades de registro de defensivos para o manejo das pragas de maior importância para a agricultura.
- Manter a estrutura tributária atual: ICMS (Convênio ICMS nº 100/97), IPI (Decreto nº 7.660/2011). Incluindo a isenção do PIS/COFINS (Lei nº 10.925/2004) para rações de ruminantes e para produção aquícola.
- Aumentar a velocidade de concessão de patentes industriais no Brasil.



-
- Resgatar o Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura da Indústria de Fertilizantes (REIF) e reduzir a alíquota da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).
 - Dobrar o índice de investimentos em exploração para gerar novas jazidas; promover o acesso de empresas a áreas com processos mineratórios paralisados e superar o passivo de cerca de 90.000 processos em tramitação, dando agilidade às concessões.
 - Zerar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) das principais máquinas e equipamentos utilizados pelo setor agropecuário.
 - Revisar a norma de rotulagem nutricional com adequada Análise de Impacto Regulatório e harmonização com o Mercosul.

9 EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA



9. EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O produtor rural brasileiro ainda tem dificuldade para o acompanhamento e compreensão das interações provocadas pela nova dinâmica do uso das tecnologias pelo setor rural. Nesse sentido, a assistência técnica surge como ferramenta indispensável para a transferência de tecnologias, conhecimentos, e mais ainda, como o principal elo entre o produtor e as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e produtivo das propriedades rurais brasileiras.

No Plano Agrícola 2013/2014, o Governo Federal reconheceu a importância das ações de assistência técnica, ao criar a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). Mas ainda há muito o que se fazer para que esse serviço chegue às propriedades rurais com a eficiência necessária.

A deficiência das ações de assistência técnica são reais e demandam atenção. O Censo Agropecuário publicado em 2006 mostrou que, aproximadamente, 78% dos estabelecimentos rurais não haviam recebido assistência técnica. Isto é, mais de 4 milhões de estabelecimentos estão tocando suas atividades produtivas sem nenhum suporte técnico, o que põe em risco o desenvolvimento rural sustentável e seus pilares econômico, social e ambiental.

A falta de informação técnica e gerencial fragiliza o processo produtivo e expõe os produtores ao desconhecimento do próprio negócio, o que pode resultar em práticas inadequadas, mau emprego de tecnologias, investimentos desnecessários e, conseqüentemente, na facilidade de endividamento. Fatores que irão impactar, entre outros, em prejuízos financeiros.

Assim, torna-se indispensável o suporte de um serviço de assistência técnica aliada à consultoria gerencial, que seja capaz de atender não somente às demandas produtivas, como também promover o empoderamento desse produtor nas novas ferramentas, para que ele se torne eficiente e competitivo em um cenário cada vez mais forte de comércio globalizado.

PROPOSTAS:

- Ampliar e aprimorar o sistema educacional do país, em especial em âmbito municipal, nos ensinos fundamental e médio, para melhorar a qualidade da educação básica e seus egressos na zona rural.
- Inserir disciplinas obrigatórias focadas em gestão econômica e financeira no agronegócio na grade curricular de formação e treinamento de profissionais de nível superior e dos cursos tecnológicos em gestão do agronegócio e empreendedorismo.
- Ampliar os programas voltados para qualificação profissional de trabalhadores rurais dos diferentes níveis de escolaridade.
- Aumentar o volume de recursos destinados às ações de assistência técnica, como forma de intensificar o acompanhamento técnico e gerencial das propriedades rurais e difundir a tecnologia no campo.
- Promover a distribuição dos recursos da assistência técnica de forma harmônica entre os diferentes perfis de produtores, sobretudo na Anater.
- Estabelecer de maneira coordenada a regulação do trabalho dos técnicos de campo, responsáveis por levar a assistência técnica aos produtores rurais.

10 AGROENERGIA





10. AGROENERGIA

A Agroenergia contribui positivamente para a saúde humana, animal e para as condições do meio ambiente, reduzindo as emissões de poluentes atmosféricos e gases de efeito estufa. Portanto, alinhada com os compromissos firmados pelo Brasil, em 2015, no Acordo do Clima de Paris - COP 21. Além disso, economiza divisas, reduz a dependência e aumenta a segurança energética do país ao substituir a importação de petróleo e seus derivados.

10.1. Biocombustíveis

PROPOSTA:

- Regular a Política Nacional de Biocombustíveis - RenovaBio, atendendo aos seus objetivos, de modo a estimular a ampliação da produção de biocombustíveis e permitir a redução das emissões de GEE.
- Buscar formas de remuneração dos produtores no âmbito do programa Renovabio.

10.2. Etanol

O Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo, são 365 usinas e 70.000 produtores rurais de cana-de-açúcar no país. O PIB do setor na safra 2017/2018 foi de R\$ 85 bilhões, gerando cerca de 800 mil empregos diretos. O setor sucroenergético gera cerca de 12 bilhões de dólares anuais em exportações. O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de açúcar, e o 2º maior produtor e exportador de etanol do mundo. Temos uma frota flex de 27 milhões de veículos (73% da frota de automóveis) e de 4 milhões de motos flex (30% da frota de motocicletas).

PROPOSTAS:

- Realizar reforma tributária PIS/COFINS e discussão sobre ICMS para manutenção da competitividade atual do etanol frente à gasolina.
- Etanol de milho: melhorar a infraestrutura de transporte e atenção à questão tributária, principalmente DDG e óleo de milho.
- Políticas públicas para estímulo e promoção das tecnologias de propulsão avançadas, aplicadas em veículos leves que utilizam etanol, como os veículos híbridos com motor flex, e veículos com células de combustível a etanol.

10.3. Biodiesel

O biodiesel é produzido a partir de óleos vegetais ou gorduras animais, sendo empregado em motores ciclo diesel como substituto parcial ou total do diesel mineral. Em 2017, o Brasil produziu 4,3 bilhões de litros de biodiesel. O Brasil é o 2º maior produtor mundial de biodiesel, atrás somente dos Estados Unidos. A produção brasileira é voltada predominantemente ao mercado doméstico. A integração produtiva entre agricultores familiares e usinas de biodiesel (Selo Combustível Social) é uma característica que diferencia o produto brasileiro dos concorrentes internacionais.

PROPOSTAS:

- Crescimento gradual da mistura obrigatória, até 2022, consonante a oferta de matérias primas e capacidade industrial.
- Implementar o B30 obrigatório no diesel ferroviário.
- Implementar o B20 obrigatório em todos os ônibus das regiões metropolitanas do país.

10.4. Bioeletricidade e Biogás

As diversas fontes de biomassa representam 9% da potência outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) na matriz energética do Brasil. É a terceira fonte mais representativa em termos de potência instalada, atrás apenas das hidrelétricas e da energia fóssil. Com geração distribuída, renovável e sustentável, a produção e o uso da bioeletricidade oferecem diversos benefícios à sociedade brasileira.

PROPOSTAS:

- Contratar em ambiente regulado para a biomassa e biogás, com aproveitamento regional e fortalecimento do mercado livre de comercialização.
- Estabelecer soluções estruturadas de médio e longo prazo que efetivamente reduzam a dificuldade de conexão desses projetos à rede de distribuição.
- Viabilizar a maior participação da biomassa nos leilões de energia, por meio da adequação da sistemática e valorização do caráter renovável dessa fonte de energia.

ENTIDADES ASSOCIADAS

- Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)
- Associação Brasileira dos Criadores (ABC)
- Associação Brasileira dos Criadores de Suínos (ABCS)
- Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ)
- Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA)
- Associação Brasileira dos Produtores de Milho (ABRAMILHO)
- Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frutas (ABRAFRUTAS)
- Associação dos Produtores de Soja do Brasil (APROSOJA BRASIL)
- Cátedra “Luiz de Queiróz” USP/ESALQ
- Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- Conselho Nacional do Café (CNC)
- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)
- Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (FEPLANA)
- Instituto Brasileiro de Horticultura (IBRAHORT)
- Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)
- Sociedade Nacional da Agricultura (SNA)
- Sociedade Rural Brasileira (SRB)
- União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)



CONSELHO DO AGRO



Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE SUÍNOS



ABRAFRUTAS
Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados



ABRAMILHO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE MILHO



ABRAPA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE ALGODÃO



Conselho Nacional do Café



Federação dos Plantadores de Cana do Brasil



Sociedade Nacional de Agricultura
Inteligência em Agronegócio desde 1897



Entidades associadas:



Federação das Indústrias do Estado de São Paulo



UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR
ETANOL • AÇÚCAR • ENERGIA SÃO PAULO • BRASIL

